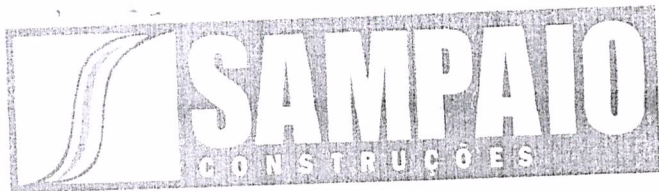




DOC. 01



EXMO. SR. PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA,
ARQUITETURA E AGRONOMIA DE ALAGOAS - CREA/AL

ASSUNTO: Consulta acerca da existência de regulamentação específica atinente à remuneração de profissional autônomo nos contratos de prestação de serviço.

SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.393.324/0001-62, com sede na rua França Morel, 234, centro, Maceió, Alagoas, CEP 57020-560, através do seu representante legal, Engenheiro Civil Carlos Jorge Uchôa Sampaio, inscrito no CREA nº 020514974-0, vem, apresentar **CONSULTA** a esta entidade, a fim de elucidar questões inerentes ao pagamento de profissional autônomo contratado para prestação de serviço.

A Consulente ao ser classificada em processo licitatório na modalidade Tomada de Preços, deparou-se com a interposição de Recurso Administrativo por outra Classificada questionando os valores apresentados na Proposta de Preços no item relativo aos valores pagos ao Engenheiro Eletricista.

A empresa recorrente alegou que a Consulente apresentou planilha orçamentária "com valores atribuídos aos salários dos engenheiros que se encontram abaixo do piso legal".

Nada obstante, verifica-se que o Edital da referida Tomada de Preços autorizou que o vínculo entre o profissional e a pessoa jurídica possa ser comprovado por meio de Contrato de Prestação de Serviço, ou seja, não exigiu a comprovação de vínculo empregatício através de comprovação por meio de

elaborado 21/04/2019.
**CONFERE COM
O ORIGINAL!**



contrato de trabalho anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.

Ademais, verifica-se que o responsável técnico pela obra será o Engenheiro Civil Carlos Jorge Uchôa Sampaio, registrado no CREA/AL sob o nº 020514974-0, e que o Engenheiro Eletricista será contratado para exercício do serviço de "Montagem de Subestação".

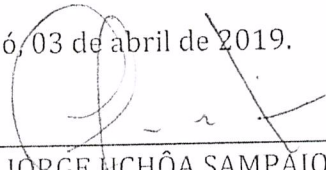
Desta forma, esta consulente entende que, em sendo o profissional autônomo, Engenheiro Eletricista parte capaz de figurar como contratado no contrato de subempreitada, ferramenta comumente utilizada pela indústria da Construção Civil, a este não se aplica as regras da CLT porquanto não há vínculo empregatício entre as partes.

Assim, a consulente **indaga** a este respeitável Conselho Profissional se existe regulamentação dos valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviço celebrados por profissionais autônomos, no presente caso, por engenheiro eletricista.

Por fim, considerando o interesse recursal da Consulente no Processo Licitatório acima indicado e constatando o reduzido prazo que esta consulente tem para apresentar suas contrarrazões ao recurso interposto, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência para garantir urgência na análise da presente consulta, a fim de que subsidie a manifestação a ser apresentada, dentro do prazo recursal.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Maceió, 03 de abril de 2019.



CARLOS JORGE UCHÔA SAMPAIO
CREA/AL Nº 020514974-0
SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Recebido 08.04.2019
**CONFERE COM
O ORIGINAL**



**Conselho Regional de Engenharia e
Agronomia de Alagoas**
INFORMAÇÕES DO PROTOCOLO

Protocolo
Nº 2210470/2019



Interessado (1)

Nome / Razão Social:

SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Registro:

0000000566

Endereço:

RUA FRANCA MOREL, 234 - CENTRO - MACEIO

Informações do Protocolo

Nome do Solicitante:

SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Assunto:

OFÍCIO

Emissão:

03/04/2019

Cadastro:

03/04/2019

Situação:

Aberto

Descrição:

OFÍCIO

Declarações

Documentos

Tipo:	Data:	Observação:
ANEXO	03/04/2019	1
ANEXO	03/04/2019	2
ANEXO	03/04/2019	3
ANEXO	03/04/2019	4

Movimentos

Passo	Nome do usuário	Data Envio	Ação	Origem	Destino
1	Danielle Batista do Santos	03/04/2019 15:36:24	Envio	DPF - DEP. DE CADASTRO DE PESSOA FISICA	SEC - SECRETARIA DA PRESIDENCIA

Descrição: Passo Inicial.

Relato do Conselheiro

Reunão	Data Do Relato	Conselheiro	Descricao
--------	----------------	-------------	-----------

Protocolos Vinculados

Número/Ano	Assunto
------------	---------

Documento(s) de Fiscalização vinculado(s) ao Protocolo

Número/Ano	Número Anterior	Tipo do D. de Fiscalização	Descrição
------------	-----------------	----------------------------	-----------

Reuniao 03.04.2019
**CONFERE COM
O ORIGINAL**

Ofício nº 143/GP/2019

Maceió, 05 de abril de 2019.

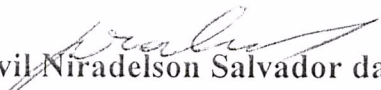
À Empresa
Sampaio Construções
Rua França Morel, 234, Centro
CEP: 57020-560
Maceió-AL.

Assunto: **Encaminha Parecer Jurídico.**

Prezado Senhor,

Ao considerar a consulta da Pessoa Jurídica SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, CNPJ: nº 02.393.324/0001-62, através de seu representante legal Sr. Carlos Jorge Uchôa Sampaio, CREA/AL nº 020514974-0, protocolado sob nº 2210470/2019, em que indaga se o profissional autônomo (sem vínculo empregatício) contratado por *subempreitada*, estaria vinculado ao Salário Mínimo Profissional do Engenheiro, encaminhamos cópia do parecer da Assessoria Jurídica com os esclarecimentos sobre o assunto acima referido.

Atenciosamente,


Eng. Civil Niradelson Salvador da Silva
Superintendente CREA-AL

recebido 08.04.2019
**CONFERE COM
O ORIGINAL**



À
Superintendência

Proc. Nº 2210470/2019
Parecer nº 091/2019

Interessado: SAMPAIO CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP

Versa o presente de consulta protocolada neste Crea pela pessoa jurídica supra que indaga a este Regional basicamente se o profissional autônomo (sem vínculo empregatício) contratado por subempreitada, estaria vinculado ao Salário Mínimo Profissional do Engenheiro.

A Resolução do CONFEA nº 397/95, que determinou a fiscalização do Salário Mínimo Profissional por parte dos Crea's, no seu artigo 2º, afastou aplicabilidade do mesmo para os profissionais que não possuem vínculo trabalhista.

"Art. 2º - O Salário Mínimo Profissional é a remuneração mínima devida, por força de contrato de trabalho que caracteriza vínculo empregatício, aos profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Meteorologia e Tecnólogos, com relação a empregos, cargos, funções, atividades e tarefas abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREAs, desempenhados a qualquer título e vínculo, de direito público ou privado, conforme definidos nos Arts. 3º, 4º, 5º e 6º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, no Art. 82 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e no Art. 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, sob regime celetista. (grifo nosso)

Dessa forma, entendemos que o profissional Engenheiro autônomo, contratado sem vínculo trabalhista para realizar determinado serviço/obra por empreitada específica, não estaria submetido ao Salário Mínimo Profissional da categoria, previsto na lei federal nº 4.950-A/66 e 5.194/66.

É o parecer, smj.

Maceió-AL, 05 de abril de 2019.

Roberto C. Pontes
Assessor Jurídico CREA/AL
OAB/AL nº 3.76

Recebido em 08 de 04 de 2019.
**CONFERE COM
O ORIGINAL**

